

## COLUNA DO CASTELLO

### A entrevista do Presidente

**P**OSITIVA, de um modo geral, a entrevista coletiva do Presidente José Sarney, sobretudo por ter fixado o que já foi feito nos três primeiros meses da Nova República: as conquistas políticas; a redução do impacto inflacionário, o estudo de medidas de governo a serem efetivadas oportunamente, e o amparo aos desabrigados do Nordeste.

Na verdade, o saldo político é favorável, com a adoção da eleição direta para presidente, a supressão da sublegenda, a convocação de eleições para as Capitais e os municípios da área de segurança, o desmonte das restrições à legalização dos partidos de esquerda e outras medidas porventura polêmicas. A redução da taxa inflacionária, refletida na manutenção por três meses do índice médio mensal de 7%, é creditada pelo Presidente ao controle de preços e ao limite da emissão de dinheiro. O controle não deverá perdurar, mas assegura o Sr. Sarney que o repasse não será mais abusivo mas simplesmente corretivo. A dívida externa ainda é a dívida, mas há uma estratégia anunciada.

Há medidas que estão em estudo, entre elas a regulamentação da reforma agrária. Teria sido mais estimulante que o Presidente reconhecesse um erro de formulação e uma enérgica reação a esse erro por parte dos interessados com relação ao projeto do Ministro Ribeiro. Mas ele faz questão de afirmar que as decisões, no seu Governo, são sempre dele. O reajustamento das prestações da casa própria está em estudo e ele anunciou um novo plano nacional de habitação, em substituição ao que aí está, caindo de podre. Continua em debate também a nova lei de greves. É possível que Tancredo Neves, que já pensara maduramente nessas questões, fosse menos lento no encaminhamento de soluções. Mas o Presidente Sarney não pode ser debitado pelo acaso. Ele está estudando e procurando queimar etapas, trabalhando 18 horas por dia.

Outra medida importante em estudo é a reforma administrativa da qual se incumbem o Ministro Aluizio Alves. Perdeu-se no Brasil o sentimento do serviço público e o principal objetivo da reforma é restaurar esse valor essencial ao funcionamento do Estado. A solução para as residências da Península é inevitável: a venda das casas. Nomeação de parentes há em excesso, nem sempre correspondendo à concordância entre parentesco e competência admitida, em princípio, pelo Presidente. No

seu caso pessoal, ele agiu criteriosamente, nomeando secretário particular seu genro, Sr. Jorge Murad, bem dotado para qualquer tipo de assessoria. Quanto à filha Roseana não está no Palácio pelo emprego. Ela veio para a guerra, ao lado do pai, e ali ficará até o final. Alguns ministros fizeram o mesmo, mas na realidade as listas de segundo e terceiro escalões não são estimulantes para o prestígio da administração pública e dos políticos.

O grave problema do Governo José Sarney situa-se na área política. Ele se reflete menos nas discordâncias internas no Governo ou na escassa competência de um ou outro ministro imposto por injunções políticas do que na composição da sua base parlamentar e partidária. O PFL ainda não tem espinha dorsal e o PMDB está perdendo a que tinha. O Sr. Ulysses Guimarães sabe o que fez quando refugou a articulação do "pacto nacional". Não há pacto possível sem o deslocamento da liderança do PMDB nem o próprio Ulysses controla mais um partido cuja presidência está sendo compelido a deixar. A maioria dos políticos desse partido preferiria hoje um PMDB a Tancredo do que a Ulysses, e disso sabe o Presidente sem poder dar sinal de que o sabe.

O pacto é a grande ilusão do Presidente Sarney. Pode vir a ser para os partidos o grande fantasma para exorcizar radicalismos e compelir os políticos a entender que a Assembleia Constituinte, que o Presidente convocará, será eleita pelo povo, cabendo ao Congresso regular as leis que contenham os excessos do poder econômico. O PMDB sentirá a realidade depois do pleito de novembro, quando poderá perder as Prefeituras de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e até mesmo Salvador e Recife. Seria essa uma alteração de qualidade no quadro político.

Finalmente, um pequeno reparo à entrevista: os jornalistas funcionários de agências do Governo deveriam ser liberados de fazer perguntas ao Presidente.